

LITERATURA, DIREITO E PODER: análise a partir de Torto Arado

Ângela Vitória Andrade G. da Silva¹
Bernardo Gomes Barbosa Nogueira²
Diego Jeangregório Martins Guimarães³

RESUMO

Imersos em um contexto ditado pelo neoliberalismo e seus objetivos mercadológicos, somado ao papel do Direito na regulamentação social e a extenuação da experiência literária da sociedade atual, o presente trabalho tem como objetivo realizar um atravessamento a partir do livro de Itamar Vieira Júnior, *Torto Arado*, com fins de avaliar a possibilidade de se identificar, ou não, nas narrativas literárias a influência neoliberal manifestada pelas disputas de poder e territórios - simbólicos - vulneráveis, para demonstrar a capacidade crítica da literatura em denunciar vozes silenciadas pelo neoliberalismo e, por vezes, endossadas pelo Direito. Para tanto, irá, inicialmente, esboçar o contexto atual, marcado pela racionalidade neoliberal, demonstrando a importância da Literatura como hipótese de encontro do Outro. Após, analisar-se-á, estruturalmente a obra *Torto Arado*, a partir de uma abordagem descritiva, elucidando suas histórias, conflitos e narrativas. Na sequência, orientados pela metodologia Direito na Literatura, buscar-se-á identificar que de maneira as relações possessórias retratadas na obra evidenciam uma disputa, material e simbólica, de poder. Por fim, identificados os conflitos que enlaçam a trama, avaliar-se-á de que maneira a relação de poder - verticalizada - entre os personagens são determinantes na relação dos sujeitos com o mundo em sua volta, demonstrando a partir da literatura, a criação de territórios - simbólicos - vulneráveis, retratando, assim, as facetas do neoliberalismo no tempo presente. Dessa maneira, propõe-se a partir do presente trabalho demonstrar o caráter indissociável do território enquanto constituído de uma dimensão material e simbólica desnudando as relações de poder entre grupos dominantes sobre os dominados, que na literatura encontra possibilidade de manifestação e denúncia.

PALAVRAS-CHAVE: neoliberalismo; poder; direito; literatura.

ABSTRACT

Immersed in a context dictated by neoliberalism and its marketing objectives, added to the role of Law in social regulation and the exhaustion of the literary experience of today's society, this work aims to carry out a crossing from the book by Itamar Vieira Júnior, *Torto Arado*, with the purpose of evaluating the possibility of identifying, or not, in literary narratives the neoliberal influence manifested by power disputes and vulnerable - symbolic - territories, to demonstrate the critical capacity of literature to denounce voices silenced by neoliberalism and, sometimes, endorsed by law. To do so, it will initially outline the current context, marked by neoliberal rationality, demonstrating the importance of Literature as a hypothesis for the encounter of the

¹ Graduada em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora/MG. Mestranda em Gestão Integrada de Território pela Universidade Vale do Rio Doce (Univale). Pesquisadora FAPEMIG. E-mail: angelavitoriaandrade@hotmail.com . Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9165202054093253>.

² Doutor em Teoria do Direito pela PUC/MG. Professor da Univale – Governador Valadares/MG. E-mail: bernardogbn@yahoo.com.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8970715085414975>

³ Mestre em Gestão Integrada de Território. Professor da Univale – Governador Valadares/MG. E-mail: diego.guimaraes@univale.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4786981548408187>

Other. Afterwards, the work *Torto Arado* will be structurally analysed, from a descriptive approach, elucidating its stories, conflicts and narratives. Following, guided by the Law in Literature methodology, we will seek to identify how the possessory relations portrayed in the work show a dispute, material and symbolic, of power. Finally, having identified the conflicts that link the plot, it will be evaluated how the power relationship - verticalized - between the characters are decisive in the relationship of the subjects with the world around them, demonstrating from the literature, the creation of vulnerable - symbolic - territories, thus portraying the facets of neoliberalism in the present time. In this way, it is proposed from the present work to demonstrate the inseparable character of the territory as constituted of a material and symbolic dimension, revealing the power relations between dominant groups over the dominated, which in the literature finds the possibility of manifestation and denunciation.

KEYWORDS: neoliberalism; power; right; literature.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO. 2 NEOLIBERALISMO E LITERATURA: PROIBIDO FECHAR OS OLHOS. 3 TORTO ARADO: FAMÍLIA, TERRITÓRIO E PODER. 4 DIREITO NA LITERATURA: RELAÇÕES POSSESSÓRIAS EM TORTO ARADO. 5 GEOGRAFIA E LITERATURA: DA CAPTURA DA SUBJETIVIDADE À CRIAÇÃO DE TERRITÓRIOS VULNERÁVEIS. 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS. REFERÊNCIAS.

1 INTRODUÇÃO

As obras literárias guardam, em si, manifestações de histórias e narrativas silenciadas pela história oficial, abordando, sem limitações ou tabus, temas velados pela sociedade. Pela arte se retrata a vida em sociedade, traduzindo a forma que o indivíduo se relaciona com o mundo e com o Outro. Pela literatura, o sujeito transcende de si em direção ao Outro, tendo a oportunidade de conhecer inúmeras realidades, territórios, espaços e lugares. Pelas narrativas, ficcionais ou não, o sujeito tem a oportunidade de *experienciar* conflitos para além de seu horizonte material.

Pelo Direito se exerce a regulamentação de direitos básicos, políticas públicas, desempenhando uma função de pacificação social. O Direito como uma área do conhecimento criada *pela* sociedade e *para* a sociedade, debruça-se sobre uma série de problemáticas e impasses cotidianos, tocando desde relações particulares às relações públicas. Direito Civil. Direito Trabalhista. Direito Constitucional. Direito Administrativo. Direito Penal. Todos esses segmentos são estruturados a partir de institutos jurídicos criados para viabilizar a solução de contingências no caso concreto, que muitas vezes pode ser narrados e retrados pela literatura.

Contudo, o que se verifica nos dias atuais é um terreno inóspito à Literatura e

suas contribuições para ser. A sociedade atual, permeada pela racionalidade neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2013), tem sido caracterizada por um tempo de excesso, aceleração e produção, onde, muitas vezes, a solução de problemas sociais são relegados ao seio da família e da religião, criando uma reação imunológica a crítica (HAN, 2015). Trabalho, família e fé passam a ser os únicos remédios para a pobreza (DARDOT; LAVAL, 2013, p. 207). O Estado, no lugar de intervir buscando políticas de redistribuição de renda, passa a intervir na gestão do sujeito em prol do desenvolvimento do livre mercado (SAFATLE, 2021). As relações utilitárias e as trocas tornam-se, assim, o centro das relações sociais.

Ao mesmo tempo, a relação do indivíduo, que não se relaciona livre de interesses, como mundo em sua volta se modifica. Essa relação, vezes possessórias, vezes de propriedade, vezes de mera detenção, são manifestações de relações de poder que se estruturam como plano de fundo da sociedade. Por essa via, compreendendo o território para além de seu aspecto material, formado ainda por trocas e relações simbólicas e imateriais (HAESBAERT, 2011), considera-se ainda que pelas narrativas, constrói-se distintas territorialidades, denunciando aquilo que o discurso hegemônico e neoliberal negligência, a exemplo do romance *Torto Arado*.

A obra de Itamar Vieira Junior delinea a trama de uma família, descendente de escravos, em condição de extrema vulnerabilidade que é explorada pela Família Peixoto, proprietária da Fazenda Água Negra, em prol do mínimo: moradia e sobrevivência. A narrativa, além de tratar de uma série de assuntos próprios da área jurídica, demonstra a maneira que a dominação operada pelo território determina aquilo que é contado, ou não, aquilo que é pensado, ou não, a exemplo do *modus operandi* neoliberal.

Nesse contexto, o presente trabalho terá como objetivo atravessar a partir do livro de Itamar Vieira Júnior, *Torto Arado*, a possibilidade de se identificar, ou não, nas narrativas literárias a influência neoliberal manifestada pelas disputas de poder e territórios - simbólicos - vulneráveis, com fins de demonstrar capacidade crítica da literatura em denunciar vozes silenciadas pelo neoliberalismo e, por vezes, endossadas pelo Direito.

Para tanto, irá, inicialmente, esboçar o contexto atual, marcado pela racionalidade neoliberal, demonstrando a importância da Literatura como hipótese de encontro do Outro. Após, analisar-se-á, estruturalmente a obra *Torto Arado*, a partir de uma abordagem descritiva, elucidando suas histórias, conflitos e narrativas. Na

sequência, orientados pela metodologia Direito na Literatura, buscar-se-á identificar que de maneira as relações possessórias retratadas na obra evidenciam uma disputa, material e simbólica, de poder. Por fim, identificados os conflitos que enlaçam a trama, avaliar-se-á de que maneira a relação de poder - verticalizada - entre os personagens são determinantes na relação dos sujeitos com o mundo em sua volta, demonstrando a partir da literatura, a criação de territórios - simbólicos - vulneráveis, retratando, assim, as facetas do neoliberalismo no tempo presente. Dessa maneira, propõe-se a partir do presente trabalho demonstrar o caráter indissociável do território enquanto constituído de uma dimensão material e simbólica desnudando as relações de poder entre grupos dominantes sobre os dominados, que na literatura encontra possibilidade de manifestação e denúncia.

2 NEOLIBERALISMO E LITERATURA: PROIBIDO FECHAR OS OLHOS

Para compreender a estruturação da sociedade atual, é necessário compreender, antes de tudo, os efeitos da racionalidade neoliberal. Ao dizer *racionalidade neoliberal*, reconhece-se os efeitos do neoliberalismo para além de uma ação política. O neoliberalismo, como racionalidade, para Dardot e Laval (2016) se afirma como a “nova razão do mundo”, razão global uma vez que

[...] “faz mundo” no sentido de que ela atravessa todas as esferas da existência humana sem se reduzir à esfera propriamente econômica. Não é a esfera econômica que tende a absorver espontaneamente todas as outras esferas, como poderíamos pensar, mas uma extensão da lógica de mercado e do modelo empresarial para um conjunto de reformas públicas, de dispositivos de gestão, de práticas comerciais (ANDRADE; OTA, 2015, p. 284).

Essa racionalidade vai além de ações políticas. A razão neoliberal passa a articular “moral e psicologia, economia e direito, política e educação, religião e teologia política, propondo um tipo de individualização baseado no modelo da empresa” (SAFATLE; SILVA JÚNIOR; DUNKER, 2021, p. 12).

O habitante desse novo arranjo de sociedade é o sujeito do desempenho e produção, empresário de si mesmo. O sujeito do desempenho “deseja liberdade e prazer no ofício empreendedor, surge a figura do trabalhador produtivo e morto,

perdendo gradativamente o sentido da experiência com o outro pela barbarização dos laços sociais” (HABOSWIKI; CONTE, 2021, p. 2). Esse sujeito perde a experiência com o Outro em favor do trabalho, isso porque o Outro representa uma negatividade a essa positividade absoluta.

O sujeito de desempenho é mais rápido e mais produtivo. Em prol da produtividade, em uma organização social que crê que nada é impossível, o sujeito do desempenho passa a ser agressor e vítima ao mesmo tempo, entrando em guerra com si mesmo.

O sujeito de desempenho está livre da instância externa de domínio que o obriga a trabalhar ou que poderia explorá-lo. É senhor e soberano de si mesmo. Assim, não está submisso a ninguém ou está submisso apenas a si mesmo. É nisso que ele se distingue do sujeito de obediência. A queda da instância dominadora não leva à liberdade. Ao contrário, faz com que liberdade e coação coincidam. Assim, o sujeito de desempenho se entrega à liberdade coercitiva ou à livre coerção de maximizar o desempenho'. O excesso de trabalho e desempenho agudiza-se numa autoexploração. Essa é mais eficiente que uma exploração do outro, pois caminha de mãos dadas com o sentimento de liberdade. O explorador é ao mesmo tempo o explorado (HAN, 2015, p. 29-30).

Para maximizar o desempenho, a relação com outro, que pode representar uma negatividade, logo, diminuição da produção, é ceifada, junto com tudo aquilo que não pode ser convertido em trabalho: o sono, as festas, os rituais e as narrativas. Nesse contexto, é proibido “fechar os olhos”. A aceleração destrói a narrativa e o ritmo. Destrói a narrativa. Destroi a subjetividade. Isso porque a subjetividade absoluta é a subjetividade na forma de conclusão, é a subjetividade na forma de narrativa. A narrativa é uma forma de conclusão. Como forma de conclusão, tem sofrido sucessivos ataques pelas investidas neoliberais.

Esclarecido, brevemente, o contexto que se insere o presente trabalho e, aproveitando a interface Direito e Literatura, antes de delinear o conceito de Literatura, enquanto arte, ciência e disciplina, destaca-se, aqui, a importância do seu gozo e acesso. O autor Antônio Cândido (1988) compreende o acesso a literatura, enquanto arte, e seu gozo, como um problema de direitos humanos. Pensar em direitos humanos, é partir do pressuposto de que é algo indispensável, para si e para o outro. É básico que todos tenham direito/acesso a bens fundamentais como: casa, saúde, comida, educação. Todavia, a discussão assume outras proporções quando se fala

do acesso e democratização do capital cultural (BORDIEU, 1998). Trata-se de considerar a literatura como uma necessidade básica.

Longe de representar um consenso, a concepção de direitos humanos está intrinsecamente relacionada com uma ordem de lutas e experiências históricas. Exprimindo um movimento de reivindicações, os direitos humanos expressariam “uma espécie de processos que se situam entre o mundo normativo (das leis, das normas, da imperatividade e das coisas que servem para que a gente viva em sociedade, a mediação social) e o mundo real, das demandas, necessidades e interesses reais da sociedade e dos indivíduos”. (LE MOS, 2021)

O gozo e o acesso a direitos, mínimos, implicam no reconhecimento, ou não, do indivíduo, como cidadão. Ser cidadão implica em reconhecer seu status como detentor de *direitos a ter direitos* onde “significa viver numa estrutura onde se é julgado pelas ações e opiniões e de um direito de pertencer a algum tipo de comunidade organizada” (ARENDT, 2013, p. 330). Os direitos, especialmente, os sociais, ao contrário da afirmação jusnaturalista, não compreendem direitos imanentes a condição humana, mas sim fenômenos sociais, enquanto resultado de lutas históricas. Nesse sentido,

As demandas sociais, que prefiguram os direitos, só são satisfeitas quando assumidas nas e pelas instituições que asseguram uma legalidade positiva. [...] Mas há uma verdade parcial no pensamento dos jusnaturalistas, ou seja, a afirmação de que o direito é, de certo modo, algo que antecede - e é mais amplo - que o direito positivo, ou seja, o direito estatuído nas Constituições, nos códigos etc. Os direitos têm sempre sua primeira expressão sob a forma de expectativas, de direito, ou seja, de demandas que são formuladas, em dado momento histórico determinado, por classes ou grupos sociais (COUTINHO, 1999, p. 44).

Nesse contexto, a noção de cidadania, manifestaria o “[...] resultado de uma luta permanente, travada quase sempre a partir de baixo, das classes subalternas, implicando um processo histórico de longa duração.” (COUTINHO, 1999, p. 42). Dessa maneira, assim como a categoria das mediações normativas sociais conquistadas, o espectro de abrangência do conceito de cidadania compreende uma luta “de baixo para cima”. Os direitos humanos sociais, expressam-se em uma gama de variantes, como: o trabalho digno (art. 23 da DUDH), o repouso e ao lazer (art. 24 da DUDH), instrução e educação (art. 26 da DUDH), acesso e fruição da cultura (art.

27 da DUDH).

Nessa esteira, a expressão literária, em seus diversos gêneros, é identificada como manifestação universal de toda humanidade, respeitadas as individualidades e particularidade de cada cultura. A “literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas. Por isso é indispensável tanto a literatura sancionada quanto a literatura proscrita” (CANDIDO, 1988, p. 177).

Esse direito é formador da personalidade humana, possuindo, no mínimo, três faces: papel de construção de objetos autônomos; forma de expressão social; forma de conhecimento, consciente e inconsciente. Toda obra literária, com suas três faces, possui inegável poder humanizador. “Negar a fruição da literatura é mutilar a nossa humanidade” (CANDIDO, 1988, p. 188). Em sua outra dimensão, a literatura ainda desnuda e evidencia situações de restrições de direitos. Assim,

[...] a luta pelos direitos humanos abrange a luta por um estado de coisas em que todos possam ter acesso aos diferentes níveis da cultura. A distinção entre cultura popular e cultura erudita não deve servir para justificar e manter uma separação iníqua, como se do ponto de vista cultural a sociedade fosse dividida em esferas incomunicáveis, dando lugar a dois tipos incomunicáveis de fruidores. Uma sociedade justa pressupõe o respeito dos direitos humanos, e a fruição da arte e da literatura em todas as modalidades e em todos os níveis é um direito inalienável (CANDIDO, 1988, p. 193).

Em razão do seu potencial transformador, o ócio e a literatura não podem ser, mas são, frequentemente, negados na contemporaneidade. A aceleração e o excesso fragmentam o tempo disponível aos livros. As escolas e grades curriculares se voltam ao mercado e aos saberes profissionalizantes. O desempenho e a produtividade totalizaram a vida. A literatura é constantemente atacada e colocada para além da linha abissal.

Nas palavras de Compagnon (2009, p. 22)

A própria literatura - a literatura que é considerada "viva" - parece, por vezes, duvidar de seus fundamentos frente aos discursos rivais e às novas técnicas, não somente - velha querela - as ciências exatas e sociais, mas também o audiovisual e o digital. Desde a modernidade a literatura entrou na "era da suspeita."

Contudo, a despeito de poder se dizer tudo e nada⁴, é inegável o poder da literatura de instruir seu leitor deleitando. Ao lado desse poder, Compagnon (2009) ainda considera que a literatura pode agir como remédio, libertando o “o indivíduo de sua sujeição às auto-ridades, pensavam os filósofos; ela o cura, em particular, do obscurantismo religioso.” (COMPAGNON, 2009, p. 33)

Literatura ao mesmo tempo sintoma e solução do mal estar na civilização, dota o homem moderno de uma visão que o leva para além das restrições da vida cotidiana. Mas todo remédio pode envenenar: ou ele cura, ou intoxica, ou então cura intoxicando, tal como o "remédio no mal" do belo título de Jean Starobinski. Fica-se doente de literatura como Madame Bovary ou des Esseintes. Se a literatura liberta da religião, ela mesma se torna um ópio, isto é, uma religião de substituição, segundo a visão marxista da ideologia, pois tal é a ambivalência de todo substitutivo (COMPAGNON, 2009, p. 36).

Como instituição livre, a literatura ainda funciona como um contrapoder que não se submete ao padrão hegemônico.

As coisas que a literatura pode procurar e ensinar são pouco numerosas mas insubstituíveis, prognosticava ainda Italo Calvino: a maneira de ver o próximo e si mesmo, [...] de atribuir valor às coisas pequenas ou grandes, [...] de encontrar as proporções da vida, e o lugar do amor nela, e sua força e seu ritmo, e o lugar da morte, a maneira de pensar e de não pensar nela (COMPAGNON, 2009, p. 45).

A literatura permite a transcendência de si em direção ao outro. Nesse sentido, a literatura deve “ser lida e estudada porque oferece um meio - alguns dirão até

⁴ Para Derrida (2014) a literatura seria uma estranha instituição. Estranha por não se limitar e não se prender a nenhuma amarra. Estranha por não se permitir engessar, sendo o locus da liberdade, uma liberdade sem censura, onde pode se dizer tudo. Contudo, a “liberdade de dizer tudo é uma arma política muito poderosa, mas pode imediatamente se deixar neutralizar como ficção. Esse poder revolucionário pode tornar-se muito conservador. O escritor pode, igualmente, de fato ser considerado irresponsável. Ele pode, eu diria até que deve, às vezes, reivindicar certa irresponsabilidade, pelo menos no tocante a poderes ideológicos, de tipo zhdanoviano, por exemplo, que tentam cobrar dele responsabilidades extremamente determinadas perante os órgãos sociopolíticos e ideológicos. Esse dever de irresponsabilidade, de se recusar a responder por seu pensamento ou por sua escritura diante de poderes constituídos, talvez seja a forma mais elevada de responsabilidade”. (DERRIDA, 2014, p. 53)

mesmo o único - de preservar e transmitir a experiência dos outros, aqueles que estão distantes de nós no espaço e no tempo, ou que diferem de nós por suas condições de vida” (COMPAGNON, 2009, p. 46). A literatura torna o sujeito sensível, sensível a pluralidade e as diversas realidades, mesmo distante fisicamente.

A literatura não é uma explicação do mundo, mas a possibilidade de vivenciar o outro do mundo. Seria necessário ainda perguntar em que consiste precisamente isso que Blanchot chama de outro do mundo. De que maneira o mundo desdobrado se revela na literatura? Como as duas versões do mundo se diferenciam? Um possível caminho para delimitar uma resposta a essas questões é a distinção entre real e imaginário. O fora está em Blanchot diretamente associado a uma concepção de imaginário. A escrita é para ele a própria experiência da realidade imaginária. Nela, tudo se torna imagem, ou seja, tudo se desdobra em outra versão. Ao se exteriorizar, a palavra literária constitui o outro do mundo, que está tão colado a este quanto o imaginário ao real (LEVY, 2011, p. 27).

Isso porque a “literatura desconcerta, incomoda, desorienta, desnorteia mais que os discursos filosófico, sociológico ou psicológico porque ela faz apelo às emoções e à empatia” (COMPAGNON, 2009, p. 57). Pela literatura o sujeito pode percorrer por regiões da experiência que os demais discursos negligenciam. A literatura liberta o sujeito das maneiras convencionais de pensar a vida – própria e do outro. Pela literatura, realiza-se, um exercício de pensamento de experimentação dos possíveis. Não se encontra nela, verdades universais, ou regras gerais. A literatura traz a tona a alteridade, a vivência do Outro silenciado e problemáticas jurídicas do real, o que se verá adiante com a descrição da obra *Torto Arado*, suas mazelas e histórias narradas.

3 TORTO ARADO: FAMÍLIA, TERRITÓRIO E PODER

O livro *Torto Arado* narra a história de duas irmãs, Bibiana e Belonísia, que viviam de “morada” na Fazenda Água Negra de propriedade da família Peixoto. Na história, as personagens principais, ora narradoras, ora personagens, vivem e crescem em um contexto em que a família provém de uma descendência escrava, vivendo em um regime próximo a servidão nas décadas de 1970 e 1980 no Brasil. Os trabalhadores que viviam na propriedade rural poderiam somente colher parte de seu plantio, sem, contudo, erguer casas de tijolos, para diminuir a possibilidade de

permanência no local.

A obra oscila entre 3 narradoras – Bibiana, Belonísia e Santa Rita Pescadeira, a cada parte a trama focaliza um problemáticas diversas. A primeira parte do livro se chama Fio de Corte, com foco principal no acidente com a faca que mutila a língua de uma das irmãs, que passa a viver sua vida com uma profunda ligação e dependência afetiva, narrando a história das famílias sobre o ponto de vista de Bibiana. A segunda parte – Torto Arado, homônimo ao livro, e conta a história pelo ponto de vista de Belonísia, com foco em sua relação com Tobias. Nessa parte também são demonstrados alguns abusos físicos e psicológicos que as mulheres sofrem ali naquela localidade. No terceiro e último momento da obra, intitulado Rio de Sangue, quem narra é uma entidade chamada Santa Rita Pescadeira, momento de enlace da trama.

Belonísia, mutilada pela faca, perdeu parte da habilidade com fala e as pessoas no entorno passaram a não compreender mais o que saia de sua boca. Inconformada, ela decide que irá treinar uma palavra para começar a recuperar a fala, a partir da palavra que naus gosta: *arado*. Mas, mesmo após treinar várias vezes a palavra *arado*, a protagonista não consegue pronunciar corretamente, e a palavra sai “torta”, ininteligível, de sua boca, razão que endossa o título do romance Torto Arado.

Para acrescentar a breve contextualização da obra, foi possível identificar uma série de críticas sociais e problemas jurídicos que podem ser avaliados pela crítica pelas lentes do Direito e Literatura, quais sejam: a precariedade das relações de trabalho como tecnologia de poder, as relações (de luta) de poder a partir da terra, e a negação de direito por razões gênero, raça, ou mesmo da condição de ser humano.

Dentre as várias problemáticas que são tratadas sob a ótica do Direito na Literatura, aque mais salta aos olhos é a relação dos personagens com a terra, logo a maneira em que as relações possessórias são construídas e delineadas pelas relações de poder da trama, o que se passa no momento analisar.

4 DIREITO NA LITERATURA: RELAÇÕES POSSESSORIAS EM TORTOARADO

No Brasil, a primeira publicação brasileira a se dedicar a relação entre o direito e a literatura é a de Aloisio de Carvalho Filho, publicando a obra intitulada *Machado de Assis e o problema Penal* em 1959. O estabelecimento de uma produção contínua e sistemática no contexto brasileiro se deu de maneira tardia, mas vem ganhando

espaço no ambiente acadêmico pelo destaque que se confere a interdisciplinaridade, cruzando o caminho do direito às demais áreas do conhecimento.

Esse cruzamento, propicia a fundação de um espaço crítico, sendo possível questionar seus fundamentos, pressupostos, funcionamento e legitimidade, especialmente no que tange

a possibilidade da aproximação dos campos jurídico e literário favorece ao direito assimilar a capacidade criadora, crítica e inovadora da literatura e, assim, superar as barreiras colocadas pelo sentido comum teórico, bem como reconhecer a importância do caráter constitutivo da linguagem (TRINDADE; GUBERT, 2008 *apud* KARAM, 2017, p. 832).

A partir do desenvolvimento da análise de conceitos literários e linguísticos François Ost (2004) destaca três correntes de aproximação do Direito e Literatura, são elas: direito *da* literatura, direito *como* literatura e direito *na* literatura.

A corrente do direito da literatura apresenta matiz essencialmente jurídico, pois se atém à legislação aplicável a obras literárias enquanto produto intelectual, e restringe-se às discussões jurídicas que, relativas a diferentes esferas do direito, incidem sobre as liberdades e garantias individuais – os limites e a liberdade de expressão face à censura e ao direito à intimidade –, os direitos autorais e a propriedade intelectual, os crimes de imprensa, as leituras, entre outras.¹⁸ Assim, nessa corrente, estamos diante do texto literário como objeto da ciência jurídica. Já o direito como literatura concentra-se em abordar as qualidades literárias dos textos jurídicos. Observa-se, aqui, uma inversão: os textos jurídicos tornam-se objeto da ciência literária, visto que conceitos oriundos deste campo – assim como dos campos da linguística, sobretudo da análise do discurso, e das ciências da comunicação – são adotados como instrumentos para a leitura e interpretação dos textos legais, em especial no que se refere às decisões judiciais (KARAM, 2017, p. 832-833).

Por fim, temos a corrente do direito na literatura – a mais significativa no contexto acadêmico brasileiro –, que reúne os estudos dedicados à investigação das representações literárias da justiça e do direito, abarcando suas instituições, procedimentos e atores, bem como temática concernente ao universo jurídico que se faz presente em textos literários, e no qual se verifica a ênfase em funções tradicionalmente atribuídas à literatura. (KARAN, 2017, p. 834)

Ao interrelacionar o Direito à Literatura, esta última tem o condão de levar o

mundo jurídico onde ele não supunha poder ser, visto que enquanto a função do direito “é estabilizar as expectativas sociais, em busca da segurança jurídica, o que resulta no congelamento do tempo, no aprisionamento dos sentidos, no extermínio fálico das emoções e dos afetos”(TRINDADE; GUBERT, 2008, p. 22), a literatura, por sua vez, tem a função heurística, objetivando criar, inovar, criticar, suspender, espantar, deslumbrar, perturbar, chocar, desorientar, enfim, emocionar.

[...] o direito produz *sujeitos de direito*, conferindo-lhes direitos e obrigações convencionadas, bem como investe pessoas em papéis normatizados cujo comportamento exemplar deve servir como estatuto das condutas e padrões esperados dos demais indivíduos na vida em sociedade, como, por exemplo [...] a *mulher honesta* [...] de outro, a literatura cria personagens literários, cuja ambivalência de sua natureza combina, geralmente, apenas com a ambiguidade das situações singulares que lhe são colocadas, de maneira que sua identidade é o resultado de sua trajetória experimental em busca de si mesmo (TRINDADE; GUBERT, 2008, p. 22-23).

O direito cria máscaras que engessam a existência, que sustentam o as relações cotidianas – “homem médio”; “bom pai”; “mulher honesta”, papéis esses que não são os mesmos na literatura.

A partir do Direito na Literatura, corrente que estuda as formas sob as quais o Direito é representado na Literatura, tem-se que na literatura se encontra um cabedal mais profícuo para visualização de temas caros e afetos ao direito, provocando com isso uma espécie de crítica de refinamento a partir da qual elementos cristalizados dentro do acontecer jurídico possam ser vistos em outras formações – uma dessedimentação do direito por meio das forças que a literatura possui por conta mesmo de suas peculiaridades. A exemplo da obra *Torto Arado*, de Itamar Vieira Junior, é possível identificar que de maneira as relações possessórias retratadas na obra evidenciam uma disputa, material e simbólica, de poder. No âmbito do Direito a subárea que regulamenta as relações possessórias é o Direito Civil, especialmente os Direitos Reais.

A posse segundo Tartuce (2012), constitui um direito real e autônomo com relação à propriedade. O possuidor é aquele que pode usar gozar e dispor do bem, sem relação de subordinação direta com o proprietário, diferente o detentor. Segundo o art. 1198 do Código Civil de 2002 considera-se “[...] detentor aquele que, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome deste e

em cumprimento de ordens ou instruções suas”. O detentor se encontra em uma relação de servidão, dependendo do outro, situação essa visivelmente caracterizada na obra de Itamar Vieira Junior.

A família de Bibiana e Belonísia, e todos que ali viviam, não podiam criar raízes na Fazenda Água Negra, podendo somente construir casas de pau a pique, ou taipa, por ordem do latifundiário de não se permitir edificações com maior perenidade. As moradas de taipa reforçavam essa relação de vulnerabilidade e dependência, demarcando o que nos Direitos Reais, a relação de detenção.

A relação de poder e subordinação é reforçada ao longo da obra, conforme se identificada narrativa de Bibiana, que destaca

Àquela altura, a terra da Fazenda Caxangá, que havia rendido fartura de frutos por toda a sua vida, estava retalhada. Cada homem com desejo de poder havia avançado sobre um pedaço e os moradores antigos foram sendo expulsos. [...] Os homens investidos de poderes, muitas vezes acompanhados de outros homens em bandos armados, surgiram da noite para o dia com um documento de que ninguém sabia a origem (VIEIRA JÚNIOR, 2019, p. 22).

Essa abertura do Direito na Literatura nos mostra que podemos ir além e ressignificar a relação do sujeito com a sociedade atual a partir de outra interseção: a Geografia e a Literatura, compreendendo que a relação do sujeito com o mundo, leia-se conceitos geográficos, é estruturada por sua subjetividade, o que se passa a delinear a frente.

5 GEOGRAFIA E LITERATURA: DA CAPTURA DA SUBJETIVIDADE A CRIAÇÃO DE TERRITÓRIOS VULNERÁVEIS

Conforme mencionado, o romance de Itamar Vieira Junior (2019), possui dois momentos: um que narra a vida daqueles que vivem na Fazenda Água Negra e a relação de poder que marca a trama, que na maioria das vezes - mas não exclusivamente - relacionado ao poder político do Estado; outro, um despertar de parte daquele grupo, que trabalha em condições aviltantes, para os direitos que lhes são cotidianamente negados. Interessante pontuar que mesmo que todos sejam prejudicados com a gestão predatória da Família Peixoto com a terra, nem todos se

exsurgem contra essa exploração.

Em uma das passagens da ficção, um dos personagens principais, o curandeiro e patriarca, Jose Alcino, conhecido como Zeca Chapéu Grande, instado por seu filho Zezé do porquê das condições que viviam, em uma terra que semeavam, cuidavam, colhiam, e que os ditos donos sequer visitavam, respondeu: “Trabalhe mais e pense menos”. Na passagem, verifica-se uma captura da subjetividade do sujeito a partir da relação de poder e submissão que o trabalhador tem para com os “donos do capital”, conforme se destaca:

Um dia, meu irmão Zezé perguntou ao nosso pai o que era viver de morada. Por que não éramos também donos daquela terra, se lá havíamos nascido e trabalhado desde sempre. Por que a família Peixoto, que não morava na fazenda, era dita dona. Por que não fazíamos daquela terra nossa, já que dela vivíamos, plantávamos as sementes, colhíamos o pão. Se dali retirávamos nosso sustento. [...] Meu pai retirou o chapéu, o calor fazia minar de seu corpoum suor grosso que lhe lavava o rosto, escorrendo pela fronte e pelas têmporas. [...] "Pedir morada é quando você não sabe para onde ir, porque não tem trabalho de onde vem. Não tem de onde tirar o sustento", apertou os olhos, olhando para a cova diante de seus pés, "aí você pergunta pra quem tem e quem precisa de gente para trabalho: 'Moço, o senhor me dá morada?'" De pronto seu olho se ergueu para meu irmão: «*Trabalhe mais e pense menos. Seu olho não deve crescer para o que não é seu*». [...] (VIEIRA JÚNIOR, 2023, p. 185, grifo nosso).

A relação de poder, delineia a trama, determinando o que deve ser dito, ou não, o que deve ser contado, ou não. A família Peixoto, mesmo ausente fisicamente, delimitava a partir de sua influência à psique daqueles que ali habitavam o que deveria ser ou não *pensado*, manifestando o que Bourdieu (1989) define como dominação simbólica.

Para o sociólogo, o poder simbólico, como instrumentos de comunicação e conhecimento, exerce uma relação estruturante com o mundo, determinando uma concepção homogênea de tempo, espaço e causas. O poder simbólico vale-se de construções simbólicas como instrumento de dominação e as

[...] ideologias, por oposição ao mito, produto coletivo e coletivamente apropriado, servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo. A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das

outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções (BOURDIEU, 1989, p. 10).

Contudo, para além do acesso a capitais culturais, a exemplo da Ford Rural, casas de alvenaria e escolas, como se identifica na obra do geógrafo Itamar Vieira Júnior, o poder simbólico se estabelece na crença. Nas palavras de Bourdieu (1989, p. 15, grifo nosso) o que “[...] faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, *é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras*”. Sem dispêndio aparente de energia, o poder simbólico produz uma dominação real. A despeito de haver na Fazenda Água Negra capatazes para fiscalizar a produção, o que ressalta aos olhos é, justamente, aquilo que se opera no inconsciente, sem a presença dos “donos” da terra.

Essa relação que se delimita para além de questões corpóreas e materiais conformam o analisado por Heasbaert (2004) que o território se forma a partir de relações de poder concreto e simbólico, de dominação e apropriação. Para o autor

[...] o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de terreo- territor (terror, aterrorizar), ou seja, *tem a ver com dominação (jurídico- política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar*. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação” (HAESBAERT, 2004, p. 1).

Imerso em uma relação de dominação em um espaço/tempo apropriado o território “desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’” (HAESBAERT, 2004, p. 95-96). A multiplicidade de formas de *sentir* o território evidencia o que o autor conceitua como territorialidades que implicam em disputas contínuas na relação entre dominados e dominadores.

Nessa perspectiva, por ser um conceito multidimensional - e relacional,

Heasbaert (2009) destaca três dimensões de território, são elas

- política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual *simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido*; econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão "territorial" do trabalho, por exemplo (HEASBAERT, 2009, p. 40, grifo nosso).

Em todas as dimensões destacadas pelo geógrafo, tem-se conceitos relacionais de território que tangenciam relações de poder. Essas relações se dão simultaneamente, por um suporte material, ou não. Na perspectiva integralista o território “só poderia ser concebido através de uma perspectiva integradora entre as diferentes dimensões sociais (e da sociedade com a própria natureza)” (HEASBAERT, 2009, p. 70)

O neoliberalismo, ao contrário do que se propagandeia, de uma sociedade que cultua a liberdade e o mínimo de intervenção do Estado, não se limita em intervir na atividade econômica, mas sim nas configurações diretas dos conflitos sociais e nas estruturas do indivíduo. Mais do que um modelo econômico, o neoliberalismo faz referência a uma engenharia social que intervém nas dimensões produtoras do conflito, propondo-se bloquear toda pressão, associação, ou instituições que questionassem a noção de liberdade, desconstituindo a ideia de conflito (SAFATLE; SILVA JUNIOR; DUNKER, 2021, p. 25).

Um dos níveis de intervenção neoliberal se operam no nível psicológico e simbólico, condicionando os afetos, desejos e necessidades dos sujeitos sob sua égide. O que se promove, então, é uma internalização das predisposições psicológicas “visando à produção de um tipo de relação a si, aos outros e ao mundo guiada através da generalização de princípios empresariais de performance, de investimento, de rentabilidade, de posicionamento, para todos os meandros da vida.” (SAFATLE; SILVA JUNIOR; DUNKER, 2021, p. 30).

Dessa maneira, trata-se, portanto, de uma captura simbólica, em relações de poder simbólicas/imateriais, que determinam a existência de múltiplas

territorialidades, que a exemplo da vida em sociedade, pauta-se na exploração, dominação e sujeição dos dominadores em detrimento dos dominados. No romance, a despeito de não haver menção a princípios empresariais de investimento e performance, o que se verifica é a manipulação da psique por outro instrumento: o medo.

O Sr. José Alcino, Zeca Chapéu Grande, nasceu 30 anos “após declararem os escravos negros livres”, meio aos canaviais que sua mãe, Donana, trabalhava, em condições de extrema miséria. Para o personagem, domado por medo da miséria e gratidão aos “donos da terra”, trabalhar de domingo a domingo, sem remuneração, direitos e garantia era um privilégio que mantinha sua sobrevivência, esposa e filhos, não havendo o porquê de questionar os grilhões, invisíveis, que os prendiam, o que evidenciava a relação entre poder e território.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da breve análise, o que se verificou foi o caráter indissociável do território enquanto constituído de uma dimensão material e simbólica desnudando as relações de poder entre grupos dominantes sobre os dominados, que na literatura encontra possibilidade de manifestação e denúncia. As relações possessórias da trama de Itamar Vieira Junior são o condão capaz de desnudar a riqueza encontrada através da interrelação de três áreas do conhecimento, até então, estranhas a si: Literatura, Direito e Geografia.

A partir da literatura, verifica-se a possibilidade do sujeito, além de ir ao encontro do Outro, experienciando cenários que sozinho não conseguiria, compreender a forma de dominação neoliberal e as categorias jurídicas, que a favorece, ou não, insurgindo-se. Reconhece-se, contudo, que a denúncia é somente uma das funções que podem ser assumidas pela Literatura enquanto instituição, característica esta que não deve ocultar a disciplina em sua totalidade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Daniel Pereira; OTA, Nilton Ken. Uma alternativa ao neoliberalismo: entrevista com Pierre Dardot e Christian Laval. *In: Tempo Social*, v. 27, p. 275-316, 2015.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. Editora Companhia das Letras, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tamaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

COMPAGNON, Antoine, 1950-. **Literatura para quê?** Tradução de Laura Taddei Brandini. Belo Horizonte Editora UFMG, 2009.

CONTE, Elaine; HABOWSKI, Adilson Cristiano. **Educação inclusiva**: diferentes configurações, olhares e mundos possíveis. 2021.

COUTINHO, Carlos Nelson. Cidadania e modernidade. *In: Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, v. 22, 1999.

CRARY, Jonathan. **24/7**: capitalismo tardio e os fins do sono. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2013. 402 p.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (DUDH). **Declaração universal dos direitos humanos**. Nações Unidas, 217 (III) A, 1948, Paris. Disponível em: <http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/>. Acesso em: 10 abr. 2023.

DERRIDA, Jacques. **Essa estranha instituição chamada literatura**: uma entrevista com Jacques Derrida. Tradução de Marileide Dias Esqueda. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

DI GIORGI, Raffaele. O direito na sociedade do risco. *In: Revista Opinião Jurídica* (Fortaleza), v. 3, n. 5, p. 383-394, 2005.

DI GIORGI, Raffaele. O risco na sociedade contemporânea. *In: Sequência*: estudos jurídicos e políticos, v. 15, n. 28, p. 45-54, 1994.

HAESBAERT, R.. Territórios alternativos. *In: GEOgraphia*, v. 4, n. 7, p. 97-98, 2002.

HAESBAERT, Rogerio. **Território e multiterritorialidade**: um debate. *GEOgraphia*, v. 9, n. 17, p. 19-45, 2007.

HAESBAERT, R. Território e região numa “constelação” de conceitos. *In: MENDONÇA, F. A.; LOWEN-SAGR, C. L.; SILVA, M. da. (orgs.). Espaço e tempo*: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba: ADEMADAM, 2009.

HAN, Byung-Chul. **Favor fechar os olhos**: em busca de um outro tempo. Rio de Janeiro: ed. Vozes, 2021.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica**: neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2020.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 2015.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade paliativa**: a dor hoje. Petrópolis: Vozes, 2021.

HAN, Byung-Chul. **Topologia da violência**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017

KARAM, Henriete. Direito e Literatura em sua articulação teórica: contribuições de umbertoeco à hermenêutica jurídica. *In: Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM*, v. 17, n. 3, p. e71424-e71424, 2022.

LEMOS, Tayara Talita. Direitos humanos: um processo de luta e construção. **UFJF Notícias**, 8 dez. 2021. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2021/12/08/direitos-humanos-um-processo-de-luta-e-construcao/#:~:text=Nesse%20sentido%2C%20os%20direitos%20humanos,necessidades%20e%20interesses%20reais%20da>. Acesso em: 10 abr. 2023.

LEVY, Tatiana Salem. **A experiência do fora**: Blanchot, Foucault e Deleuze. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2011.

OST, François. **Contar a lei**: as fontes do imaginário jurídico. Trad. Paulo Neves. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Autêntica Editora, 2021.

TARTUCE, Flávio. **Manual de direito civil**. Método, 2012.

TRINDADE, André Karam; GUBERT, Roberta Magalhães. Direito e Literatura: aproximações e perspectivas para repensar o direito. *In: TRINDADE, André Karam; GUBERT, Roberta Magalhães; COPETTI NETO, Alfredo (org.). Direito & literatura: reflexões teóricas*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008. p. 11-66.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. **Torto arado**. São Paulo: Todavia, 2019.